

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1599061 - SP  
(2019/0301851-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : D C P**  
**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO SOBREIRA JUNIOR - SP271071**  
**LUIZ FERNANDO VIAN ESPEIORIN E OUTRO(S) -**  
**SP293286**  
**AGRAVADO : M N P**  
**ADVOGADO : CÁTIA MARIA DE CARVALHO E OUTRO(S) -**  
**SP175536**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DIVÓRCIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do CPC/73.

2. A revisão do aresto no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias com amparo nas provas dos autos, providência vedada nesta instância. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento de tese jurídica em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, nesta instância especial, definir se foi correta a interpretação conferida à legislação federal.

4. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator